



River Information Services Portal do Douro

Informação sobre a recolha e disponibilização de dados pessoais
(Em cumprimento com o RGPD, Artigos 13º e 14º)

Exercício do direito à informação no tratamento de dados pessoais

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) define requisitos pormenorizados em matéria de recolha, armazenamento e gestão de dados pessoais, com vista a uma maior proteção dos cidadãos quanto à utilização indevida dos seus dados pessoais.

Assim, sempre que uma empresa ou organização trate dados pessoais, deve garantir o direito à informação do titular dos dados., facultando-lhe a identidade e os contactos do responsável pelo tratamento, os contactos do encarregado de proteção de dados, as finalidades do tratamento, o fundamento jurídico para o tratamento, os destinatários dos dados, se os houver, bem como fornece as demais informações necessárias para garantir um tratamento equitativo e transparente.

Em face do exposto, este documento visa informar o titular dos dados pessoais sobre o direito à informação, no âmbito do conjunto de tratamentos e finalidades relacionadas com o “River Information Services (RIS)/Portal do Douro” - plataforma que gere a disponibilização dos serviços relativos à Via Navegável do Douro (VND).

Dezembro de 2018

Índice

1. Identidade e contactos do responsável pelo tratamento	2
2. Termos de utilização do serviço RIS/Portal do Douro.....	2
3. Enquadramento jurídico da plataforma “RIS/Portal do Douro”	2
4. Finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam.....	3
5. Origem dos dados pessoais.....	4
6. Quais os interesses legítimos do responsável pelo tratamento	4
7. destinatários, terceiros e subcontratantes	4
8. Transferências de dados pessoais para país terceiro ou uma organização internacional	4
9. Prazo de conservação dos dados pessoais ou critérios usados para definir esse prazo.....	4
10. Dados pessoais com tratamentos posteriores	5
11. Contactos do encarregado de proteção de dados.....	5
12. Como exercer os seus direitos.....	5
13. Reclamações de violação de dados pessoais.....	5

1. IDENTIDADE E CONTACTOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Considerando que o Direito à Informação que aqui se pretende esclarecer, versa única e exclusivamente quanto à utilização da plataforma “RIS/Portal do Douro”, determina-se, ao abrigo do estatuído no artigo 24.º RGPD, que a **APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., doravante designada de APDL, S.A.. é a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais.**

A APDL, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas, neste âmbito é a entidade detentora da plataforma “RIS/Portal do Douro”, atuando como gestora do processo de disponibilização de serviços relativos à Via Navegável do Douro e suporte ao sistema de informação que é sua propriedade, acedível a partir de douro.apdl.pt.

Por conseguinte, o presente documento visa refletir os deveres e obrigações do responsável pelo tratamento a “APDL, S.A.”, no âmbito do “RIS/Portal do Douro”.

2. TERMOS DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO RIS/PORTAL DO DOURO

Neste âmbito, a comunicação dos seus dados pessoais é necessária para a prossecução de contrato de adesão à plataforma e serviços. Sendo que, a não disponibilização desses dados, impede a solicitação de serviços, nesta plataforma.

3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA PLATAFORMA “RIS/PORTAL DO DOURO”

A plataforma “RIS/Portal do Douro” é criada em cumprimento de uma obrigação jurídica decorrente da conjugação do disposto na **Diretiva Comunitária 2005/44/EC**, de 7 de setembro, relativa à harmonização dos RIS (River Information Services) no espaço europeu, com o disposto no **Regulamento Europeu n.º 414/2007**, de 13 de março, concretamente no seu ponto 4.8 que estabelece a relação entre os vários Serviços (River Services) e os sistemas técnicos, bem como em observância do estatuído no **Decreto-Lei 83/2015**, de 21 de maio, no **Decreto-Lei n.º 46/2002**, de 2 de março, e no Regulamento da VND (**Decreto-Lei n.º 344-A/98**, de 6 de novembro).

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO A QUE OS DADOS PESSOAIS SE DESTINAM

Finalidades	Categorias de Dados pessoais recolhidos	Fundamento Jurídico
Adesão à plataforma	Nome, email, contribuinte*, endereço, nacionalidade, país, telefone, telemóvel	Alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.
Pagamento e Cobrança por referência Multibanco	Email e dados de faturação (nome, endereço)	Alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD
Pagamento e Cobrança - cartão de credito	Email e dados de faturação (nome, endereço)	A APDL não é a responsável pelo tratamento, mas sim a plataforma EASYPAY.
Devolução de dinheiro relativo a serviços não usufruídos	Nº IBAN	Alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.
Registo embarcação	Proprietário, identificação	Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio Regulamento da Via Navegável do Douro (Decreto-Lei n.º 344-A/98, de 6 de novembro).
Pedido eclusagem	Email do mestre, telemóvel do mestre	Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio Regulamento da Via Navegável do Douro (Decreto-Lei n.º 344-A/98, de 6 de novembro).
Pedido CUV (Certificado de Utilização da Via)	Proprietário, número operador turístico	Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio Regulamento da Via Navegável do Douro (Decreto-Lei n.º 344-A/98, de 6 de novembro).
Fale connosco	Nome, email, contactos	Interesse legítimo da APDL, S.A.
Faturação eletrónica	Nome, email, contribuinte*, endereço	Alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.

* elemento necessário para a emissão de fatura.

5. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são disponibilizados na plataforma pelo próprio titular dos dados (recolha direta dos dados), exceto no caso do pedido de eclusagem, onde existe recolha indireta de dados pessoais do mestre da embarcação, que são disponibilizados pela empresa responsável pela elaboração do pedido (que toma a figura de requerente do serviço).

6. QUAIS OS INTERESSES LEGÍTIMOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A APDL, S.A. invoca o interesse legítimo no tratamento dos seus dados pessoais exclusivamente na finalidade “Fale connosco”. Consiste num formulário web em queo titular dos dados pode comunicar com a APDL, S. A. para expor alguma dificuldade, reclamação ou elogio.

Trata-se do interesse legítimo da APDL, S.A. em disponibilizar um canal digital para comunicar com os seus clientes ou partes interessadas nos serviços RIS, que não choca com os direitos fundamentais dos titulares dos dados, pois existem outras formas de comunicação com a APDL, sem necessitarem de disponibilizar os seus dados pessoais (telefone ou presencialmente).

7. DESTINATÁRIOS, TERCEIROS E SUBCONTRATANTES

A APDL, S.A. apenas disponibiliza os seus dados pessoais a terceiros, no estrito cumprimento das suas obrigações legais.

Para além disso, a APDL, S.A. reserva-se o direito de contratar serviços, em regime de subcontratação, a empresas do foro tecnológico para a manutenção das suas infraestruturas TIC (informática) e garante que aplica todas as medidas de segurança ao seu alcance para evitar o acesso indevido aos seus dados pessoais.

8. TRANSFERÊNCIAS DE DADOS PESSOAIS PARA PAÍS TERCEIRO OU UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

Na APDL, S.A. não realizamos transferências de dados pessoais para países terceiros ou para organização internacional.

9. PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS OU CRITÉRIOS USADOS PARA DEFINIR ESSE PRAZO

Os seus dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário para a execução das finalidades em causa.

10. DADOS PESSOAIS COM TRATAMENTOS POSTERIORES

A APDL, S.A. não procede ao tratamento posterior dos dados pessoais para um fim que não seja aquele para o qual os dados tenham sido recolhidos, ou compatível com esse fim. A APDL compromete-se que se houver necessidade de um tratamento posterior para outras finalidades, fornecerá ao titular informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, inclusive e, se necessário, solicitará o seu consentimento prévio.

11. CONTACTOS DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para mais informações sobre as práticas de privacidade da APDL e sobre os seus direitos consulte a página www.apdl.pt/privacidade. Visite a área no nosso site Encarregado de Proteção de Dados ou envie um e-mail paradpo@apdl.pt.

12. COMO EXERCER OS SEUS DIREITOS

Para exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, oposição ao tratamento ou portabilidade dos seus dados, envie um e-mail para dpo@apdl.pt.

13. RECLAMAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Tem o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo (www.cnpd.pt).

Agradecemos que nos contacte previamente, através do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, sempre que detetar algo que lhe indicie uma violação dos seus direitos.